

Análises do discurso e abordagem etnometodológica do discurso*

Discourse analysis and ethnomethodological discourse analysis

ADRIANO DUARTE RODRIGUES**

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
Lisboa, Portugal

ADRIANA ANDRADE BRAGA***

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Programa de Pós
Graduação em Comunicação Social. Rio de Janeiro-RJ, Brasil

RESUMO

O objetivo deste texto é apresentar e discutir diferentes perspectivas teóricas aplicadas à compreensão dos fenômenos discursivos, em particular as diferentes técnicas denominadas *análise do discurso* e a chamada *abordagem etnometodológica do discurso*. Após apresentar os principais elementos dessas perspectivas, discutimos o seu potencial analítico para explorar fenômenos de interação discursiva, tanto face a face quanto tecnologicamente mediada. Acreditamos que, ao privilegiar a dimensão pragmática dos fenômenos de produção discursiva, a abordagem etnometodológica do discurso pode representar um importante contributo para os estudos de interações midiáticas.

Palavras-chave: Comunicação, análise do discurso, etnometodologia, interação social

ABSTRACT

This paper aims to present and discuss a range of theoretical perspectives towards discursive phenomena, in particular the different research techniques broadly known as *discourse analysis*, as well as the *ethnomethodological approach to discourse*. After presenting the core assumptions of these approaches, we discuss their potential to analyze phenomena of discursive interaction, face-to-face or technologically mediated. We believe that, by focusing on the pragmatic aspects of discourse, an ethnomethodological approach to discourse may represent an important contribution for media interaction studies.

Keywords: Communication, discourse analysis, ethnomethodology, social interaction

* Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no XXIII Compós, em 2014.

** Professor Catedrático emérito da Universidade Nova de Lisboa. Autor de *Estratégias da Comunicação* (Presença, 2001), *Comunicação e Cultura* (Presença, 2010), *A Partitura Invisível* (Colibri, 2005) e *O Paradigma Comunicacional* (Calouste Gulbenkian, 2011). E-mail: adrodrigues42@gmail.com

*** Professora do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio. Pesquisadora do CNPq. Autora dos livros *Personas Materno-Eletrônicas* (Ed. Sulina, 2008) e *CMC, Identidades e Gênero* (Ed. UBI, 2005). E-mail: adrianabraga@puc-rio.br

INTRODUÇÃO

ATUALMENTE, QUANDO UTILIZAMOS o termo discurso, estamos construindo uma metáfora e, com esta metáfora, podemos estar designando diferentes objetos da nossa experiência. Não nos damos conta do sentido metafórico do termo porque esquecemos a sua origem, porque estamos perante aquilo a que Paul Ricoeur dava o nome de metáfora morta. De fato, *discurso* é um termo formado a partir do latim *discursus*, substantivo derivado do verbo *discurrere* que significa correr (*currere*) para todos os lados, em todos os sentidos (*dis-*). Os romanos diziam, por exemplo, *milites discurrunt*, quando queriam dizer que os soldados, desorientados no campo de batalha, *corriam para todos os lados*. Como tal, um discurso é diferente de um concurso, uma corrida em conjunto (*cum-*), ou de um percurso, uma corrida através de (*per-*) qualquer coisa. Muitas vezes utilizamos também, com referência idêntica, o termo texto, uma outra expressão metafórica. Formado a partir do termo latino *texere*, que significa tecer, com esta metáfora sublinhamos o fato de um texto ser um entrelaçamento de fios, os enunciados, dispostos de tal maneira que dele resulta determinada configuração, um tecido, um texto.

Não foi com um objetivo de erudição que começamos o nosso texto recordando a etimologia do termo discurso, mas antes com o de mostrar a natureza metafórica do termo e, deste modo, o de fazer compreender que o recorte de um objeto de estudo com esta designação decorre da sua construção linguística. Demarcamo-nos assim da ilusão representacionista ingênua segundo a qual o investigador teria acesso direto à realidade, como se o seu objeto de estudo fosse independente do recorte realizado pelo termo utilizado para o designar.

O principal objetivo deste artigo é apresentar e discutir diferentes perspectivas teóricas aplicadas à compreensão dos fenômenos a que damos o nome de discursivos, particularmente os que costumam ser reunidos, ora sob o termo genérico *análise do discurso*, ora sob a chamada *abordagem etnometodológica do discurso*. Para isto, após apresentarmos elementos dessas perspectivas, discutimos o seu potencial analítico para explorar fenômenos de interação discursiva, tanto face a face quanto em ambientes midiáticos. Acreditamos que, ao privilegiar as dimensões pragmática e interacional dos fenômenos de produção discursiva, a abordagem etnometodológica do discurso pode representar um importante contributo para os estudos de interações midiáticas. Procuraremos exemplificar as contribuições das diferentes abordagens do discurso com dados oriundos de pesquisa de campo conduzida em ambientes midiáticos digitais (Braga, 2008). Para evitar equívocos, gostaríamos de recordar que os discursos produzidos em ambientes digitais têm a vantagem de, por um lado, serem de

natureza midiática e, por outro, o seu estudo mostrar a sua natureza eminentemente interacional. Apesar da sua especificidade, os discursos produzidos em ambientes midiáticos digitais mobilizam parte significativa dos dispositivos conversacionais que as pessoas utilizam nas suas interações espontâneas¹.

AS DIFERENTES PERSPECTIVAS DE ANÁLISE DO DISCURSO

Existem muitas definições diferentes de discurso, mas, tal como reconhecem os editores de *The Handbook of Discourse Analysis* (Schiffrin, Tannen & Hamilton, 2003: 1-2), julgamos poder agrupá-las em três conjuntos. O primeiro agrupa as definições que costumam ser propostas por linguistas de inspiração estruturalista: *discurso é qualquer conjunto de expressões da linguagem natural que compreenda duas ou mais frases ou orações*. O segundo conjunto é proposto por autores/as que têm uma concepção pragmática da linguagem: *discurso é o uso que os seres humanos fazem da linguagem natural*². O terceiro reúne as definições propostas por cientistas sociais e, em particular, por estudiosos/as da comunicação: *discurso é qualquer manifestação ou expressão, verbal e/ou não verbal, de uma prática social*.

Cada uma destas definições decorre de pressupostos teóricos específicos e, deste modo, não só delimita objetos próprios de observação, mas também equaciona problemas e segue caminhos específicos de investigação.

Assim, a primeira definição pressupõe que a linguagem é um sistema organizado de unidades expressivas que possuem uma significação independente da sua utilização e que, por isso, possibilitam a significação daquilo que os/as falantes dizem. Deste modo, a linguagem seria uma competência com que os seres humanos viriam ao mundo já equipados e que é independente da maneira como a utilizam. A significação das expressões que as pessoas dizem seria, por conseguinte, imanente ao sistema da língua. Ao abordarem o discurso, autores/as desta concepção de linguagem procuram averiguar como as pessoas aplicam o sistema linguístico de que estão equipadas; como o utilizam para se referirem ao mundo; e quais processos o sistema linguístico possui para fazer com que os discursos sejam coesos e coerentes. Assim, os principais temas de estudo desta perspectiva são os processos referenciais assim como os mecanismos que asseguram aos textos coesão e coerência.

A segunda definição é utilizada por autores/as que têm uma concepção pragmática da linguagem, que pressupõem que a linguagem é uma instituição que resulta dos comportamentos desencadeados pelo organismo no decurso das interações que estabelece com outros organismos para os quais está orientado. Discurso seria, assim, uma atividade, e o que esta perspectiva procura descobrir são os dispositivos que desencadeiam essa atividade, através da

1. Entre as suas especificidades, os discursos de natureza midiática mobilizam apenas alguns recursos das interações face a face, de acordo com as potencialidades dos dispositivos técnicos midiáticos. Assim, por exemplo, as interações telefónicas mobilizam os recursos auditivos em detrimento dos visuais, gestuais e olfativos e táteis, ao passo que as interações televisivas valorizam os recursos visuais, gestuais e auditivos em detrimento dos recursos olfativos e táteis. Pensamos que é só nas interações face a face que todos os dispositivos interacionais e todas as suas componentes são mobilizados e, por conseguinte, é só em comparação com elas que as interações em ambientes midiáticos podem ser definidas.

2. A expressão *linguagem natural* refere-se às que utilizam as línguas como, por exemplo, o português, o francês ou inglês ou o suaíli; contrapõe-se à expressão *linguagens artificiais* que se referem às linguagens formais, que possuem uma sintaxe mas não têm uma semântica, tais como, por exemplo, a matemática ou as linguagens de computação.

observação daquilo que as pessoas dizem, assim como as regularidades a que os comportamentos discursivos das pessoas obedecem. Esta definição alarga o âmbito do conceito de discurso da primeira definição, uma vez que o discurso já não seria apenas formado por expressões linguísticas, mas também pelas componentes prosódicas e mimo-gestuais que acompanham os comportamentos verbais desencadeados pelas interações sociais. As análises do discurso inspiradas, por exemplo, nas obras de T. Van Dijk (2011) adotam esta segunda definição de discurso.

Uma vez que autores/as que adotam esta segunda definição de discurso aceitam a perspectiva pragmática da linguagem, as questões mais estudadas por esta vertente são também as que esta disciplina privilegia, em particular as que se relacionam com o estudo das diferentes modalidades de referência, com o estudo dos atos de linguagem, dos processos cognitivos envolvidos na constituição do sentido, com particular destaque para o estudo das pressuposições e dos implícitos³. Chamam, em particular, a atenção para a importância dos pressupostos dos enunciados, uma vez que não é aquilo que os enunciados afirmam, mas o acordo sobre aquilo que eles pressupõem que torna possível a formação, tanto dos consensos e das discordâncias, como a discussão acerca daquilo que os enunciados afirmam.

A terceira definição, adotada sobretudo por pesquisadores/as em ciências sociais e em particular nas ciências da comunicação, alarga ainda mais o âmbito da noção de discurso, uma vez que não limita o seu objeto de estudo às expressões ou aos comportamentos verbais e prosódicos nem aos comportamentos mimo-posturais que os acompanham, mas compreendem nele qualquer manifestação, tanto verbal como não verbal, de comportamentos ou de práticas sociais. Autores/as que adotam esta definição costumam tratar, por exemplo, de discurso da ciência, para se referirem aos procedimentos seguidos por investigadores e às estratégias de credibilidade seguidas pela comunidade científica para validar as suas proposições (Latour & Woolgar, 1986; Gilbert & Mulkay, 1984), de discurso arquitetônico, para se referirem às características de um estilo ou à maneira como estão organizadas as formas dos edifícios ou dos espaços construídos, de discurso urbano (Rosemberg, 2000), para se referirem ao traçado urbanístico de uma cidade, de discurso pictórico (Krüger, 2005), para designarem a organização das formas pictóricas de uma época, de um estilo ou das obras de um pintor.

São emblemáticas desta terceira definição as análises críticas do discurso, como a proposta por Norman Fairclough, e as que se inspiram nas obras de Michel Foucault. Embora Foucault nunca tenha falado de análise de discurso nem tenha feito qualquer proposta neste sentido, alguns estudos sobre

3. Para um entendimento destes processos ver nomeadamente Rodrigues (2005: 141 e ss.).

discursos midiáticos apropriam-se da noção de *formação discursiva* proposta por Foucault (1969) e têm vindo, nos últimos anos, a procurar reinterpretá-la nos seus trabalhos. Esta concepção de discurso é muito frequente no âmbito dos estudos culturais, em que encontramos o termo *discurso* acoplado, por exemplo, a *racista, sexista, de gênero, do poder, hegemônico*. Foi sobretudo no âmbito destes estudos que surgiu, nas últimas décadas, a corrente da *análise crítica do discurso* (Fairclough, 2001 [2008], 1995a, 1995b, 2003; Pêcheux, 1988; Orlandi, 2012a, 2012b). Podemos dizer que os/as autores/as que situam os seus trabalhos nesta perspectiva partem de uma atitude de suspeita em relação aos discursos, nomeadamente os que são produzidos em ambientes midiáticos, e têm como objetivo denunciar as mais diversas manifestações ideológicas de imposição de visões do mundo de classe.

A pluralidade de concepções de discurso que tentamos explicitar mostra que o discurso não é objeto específico de uma disciplina científica particular, mas um objeto interdisciplinar e, que, mesmo no interior de uma mesma disciplina, pode ser abordado a partir de diversos pontos de vista.

Apesar da sua perspectiva imanentista, autores/as que adotam a primeira perspectiva nos seus estudos sobre o discurso têm posto em relevo a importância dos processos enunciativos para a constituição da estrutura da língua e, deste modo, para a articulação da semântica e da sintaxe com os usos que os falantes fazem da língua. As abordagens que adotam a segunda e a terceira perspectivas, apesar das suas diferenças, apresentam algumas características comuns:

- a) O discurso não é apenas a expressão de proposições dotadas de valores vericondicionais, mas uma atividade que produz efeitos;
- b) O discurso constrói simbolicamente o mundo da experiência, o que equivale à adoção de uma perspectiva a que se costuma dar o nome de construtivista;
- c) O discurso realiza atos de linguagem ou atos de fala, tais como asserções, saudações, convites, pedidos, ordens, perguntas;
- d) As unidades do discurso são os atos de linguagem ou de fala e a análise de um discurso consiste na sua identificação, na sua inventariação e na explicitação sistemática da maneira como estão organizados.

A ABORDAGEM ETNOMETODOLÓGICA DO DISCURSO

Gostaríamos agora de mostrar que a abordagem etnometodológica, ao contrário das propostas de análise do discurso que apresentamos, é relativamente homogênea, uma vez que adota uma perspectiva que tem seguido uma linha de relativa continuidade, a partir dos trabalhos de Harold Garfinkel, Harvey Sacks e Emmanuel Schegloff.

Podemos reconhecer na abordagem etnometodológica um fundamento fenomenológico, por privilegiar um movimento de *retorno às próprias coisas* e a consequente vontade de observação dos fenômenos concretos, de pôr entre parênteses as preconcepções do/a pesquisador/a, movimento que Edmund Husserl designava com o termo grego *epoché* e, ainda, à semelhança das segunda e terceira noções de discurso, uma inspiração pragmática, por se distinguir das concepções estruturalistas da linguagem. Autores/as que estudam o discurso do ponto de vista etnometodológico não negam que exista uma estrutura linguística nem a natureza inata do dispositivo da linguagem; apenas suspendem a aceitação destes pressupostos, em vez de confiarem na introspecção do/a pesquisador/a, preferindo adotar como princípio a observação da maneira como as pessoas se comportam quando interagem entre elas.

A fundamentação fenomenológica desta abordagem do discurso é seguida por autores como Aaron Cicourel e Harold Garfinkel que, a partir dos anos 1960, se distanciaram das correntes estruturo-funcionalistas então dominantes, seguindo de perto as propostas de Georg Simmel, George Herbert Mead e Alfred Schütz.

Dado que a expressão *etnometodologia* pode dar a entender erradamente que se trata de uma metodologia de pesquisa, gostaríamos de esclarecer o seu sentido. A etnometodologia não é propriamente uma teoria ou uma escola, mas determinada atitude ou maneira de encarar a realidade social, que surgiu primeiro nos Estados Unidos da América, no final dos anos 1930, e se estendeu depois, sobretudo a partir dos anos 1970, a outras regiões.

A etnometodologia privilegia o estudo do sentido que atores e agentes sociais atribuem à sua própria prática social, rompendo assim com as tendências que consideram o sentido que os sujeitos atribuem à sua ação apenas como reflexo deformado das determinações estruturais do sistema social. Assim, pondo entre parênteses os pressupostos marxistas segundo os quais é a infraestrutura econômica que determina o sentido que os indivíduos dão à sua ação, a etnometodologia procura ver em que medida a consciência que as pessoas possuem da sua ação é constitutiva do próprio sentido que elas próprias lhe atribuem. Mas a etnometodologia distingue-se também do behaviorismo, então dominante nos Estados Unidos, uma vez que não procura estender ao estudo dos fenômenos sociais os mesmos procedimentos utilizados no estudo das ciências da natureza, insistindo na especificidade dos fenômenos sociais e propondo, por isso, uma atitude diferente, tanto para a sua descrição e compreensão, como para a sua explicação.

Podemos considerar que foi o ensino que, a partir de 1939, Alfred Schütz (1899-1959) ministrou em Nova Iorque, na *New School for Social Research*, que esteve na origem do movimento a que viria a ser dado o nome de

etnometodologia, apesar de esta designação só aparecer a partir dos meados dos anos 1940, provavelmente por ter sido o nome que Harold Garfinkel viria a utilizar para caracterizar o seu estudo das estratégias utilizadas por jurados do tribunal de Chicago para tomarem as suas deliberações, a partir da gravação dos debates durante as sessões das audiências. Schütz (1967), antes de emigrar para Nova Iorque, tinha estudado em Viena e seguido as lições de Edmund Husserl. É também evidente a influência que Max Weber exerceu sobre os seus trabalhos. De Weber adotou o conceito de *tipo ideal* assim como a concepção de Sociologia, considerando-a como a disciplina que estuda o *sentido* que os próprios agentes e atores sociais atribuem à sua atividade (Weber 1971: 4 e ss.).

Como já referimos, autores/as da etnometodologia costumam fundamentar teórica e metodologicamente as suas perspectivas no princípio fenomenológico de exigência de *retorno às próprias coisas*, seguindo neste ponto a proposta de Edmund Husserl (1950: 187 e ss.). O ponto de vista etnometodológico privilegia, por isso, os estudos empíricos, a observação de campo das práticas sociais naturalmente ocorrentes, o interesse pela vida cotidiana e pela interação espontânea da conversa⁴, a utilização das noções e das categorias de ator social, de quadros da experiência, de saberes do senso comum partilhado.

Assim, por etnometodologia entende-se não o conjunto de procedimentos metodológicos utilizados para realizar o trabalho de pesquisa, mas os métodos ou procedimentos que as pessoas, enquanto membros de um *ethnos*, adotam para darem sentido localmente às suas práticas sociais concretas. Podemos resumir as principais características da abordagem etnometodológica do discurso nos seguintes pontos:

a) O sentido do discurso decorre do fato de não ser um comportamento isolado, mas antes uma atividade social, que as pessoas realizam em comum, em cada uma das situações de interação que estabelecem entre si localmente, no decurso da vida cotidiana;

b) Nas interações discursivas em que se envolvem, as pessoas mobilizam saberes do senso comum que partilham entre si e, deste modo, constituem e reconstituem constantemente o seu mundo próprio;

c) As pessoas quando falam não realizam atos de linguagem isolados, mas atos interacionais, de tal modo que o sentido da fala de um/a participante depende, não só do quadro (*setting*) interacional em que se inscreve, mas também da/s resposta/s do/as outro/as participante/s;

d) O discurso é, por conseguinte, constituído por unidades interacionais que se manifestam naquilo a que se dá o nome de *pares adjacentes*, unidades que envolvem mais do que um participante, tais como, por exemplo, saudação – saudação, pergunta – resposta, convite – aceitação ou recusa;

4. *Conversa* é habitualmente entendido em sentido *lato* pela etnometodologia, como na noção fala-em-interação, para incidirem os seus trabalhos sobre a atividade discursiva interacional, tanto em ambientes informais como em ambientes institucionais, face a face ou mediatizados.

5. Utilizamos o termo *silenciamento* para designar a ausência de uma fala considerada marcada pelo fato de se tratar de uma fala esperada. A ausência de uma saudação é marcada quando, por exemplo, não ocorre na sequência da saudação de um dos participantes.

e) As unidades do discurso não são, por isso, as frases ou as orações, mas os enunciados que podem ser constituídos por entidades verbais, por unidades prosódicas ou relativas à entonação, por unidades mimo-gestuais e inclusive por silenciamentos⁵;

f) A atividade discursiva não é uma atividade desconexa e arbitrária, mas regulada e ordenada e, por isso, não só pode ser identificada e inventariada, mas descrita e sistematizada.

REGRAS DO DISCURSO EM INTERAÇÃO

As questões mais recorrentes nos trabalhos de abordagem etnometodológica do discurso se relacionam com a preocupação de mostrar a natureza regulada da atividade discursiva, deste modo contrariando a ideia muito frequente, entre autores/as que têm uma visão estruturalista da linguagem, de que o discurso seria uma prática aleatória que não obedeceria a regras precisas.

a) Os dispositivos de mudança de turno

Vários/as autores/as que adotam a abordagem etnometodológica dedicam grande parte dos seus trabalhos ao estudo da *troca de turno* (*turn taking*), entendendo que os/as participantes criam regras e obedecem a normas para saberem quando é a sua vez de falar ou de ouvir, deste modo evitando dois fenômenos suscetíveis de colocarem em perigo a própria interação: a sobreposição prolongada de falas e o hiato prolongado entre as falas. No exemplo abaixo, durante uma entrevista presencial, a estrutura interrogativa da intervenção de AB é entendida por L como dispositivo de fim de turno e de endereçamento do convite a falar e a repetição deliberada da intervenção de AB por L evidencia a construção colaborativa da interação:

AB: A primeira coisa que eu queria saber é sobre o computador na sua vida. (...)

Como foi o seu primeiro contato com o computador?

L: **O meu primeiro contato com o computador** foi o meu trabalho (continua)

b) Os fenômenos de reparação

Os fenômenos de reparação de erros constituem um domínio muito frequente nos estudos etnometodológicos das interações verbais, distinguindo os casos em que os erros são assinalados e/ou corrigidos pelo falante que os cometeu e os casos em que os erros são assinalados e/ou corrigidos pelos seus interlocutores/as. Particularmente interessante é o fato de, em princípio, os participantes mostrarem a preferência pelos casos em que é o/a enunciator/a a assinalar e a corrigir os seus próprios erros. Este fenômeno da *organização preferencial* é, no entanto, mais geral, uma vez que regula outros dispositivos

interacionais, como o da organização dos pares adjacentes (*adjacency pairs*). No exemplo a seguir, L corrige o seu próprio enunciado durante a entrevista:

AB: Tem muito tempo esta lista?

L: Dois anos, **dois ou três** anos.

c) As unidades interacionais: os pares adjacentes

Para a etnometodologia, ao contrário da análise do discurso, não são os atos de linguagem, mas os pares adjacentes que formam as unidades dialogais da interação discursiva. Foi em um texto seminal que Harvey Sacks, Emanuel Schegloff e Gail Jefferson (1974), depois desenvolvido numa obra clássica por Emanuel Schegloff (2009), apresentaram a noção de par adjacente e que foi formulada por Stephen Levinson de maneira abreviada do seguinte modo:

Pares adjacentes são sequências de dois enunciados que são adjacentes produzidos por falantes diferentes ordenados como uma primeira e uma segunda parte caracterizados de tal modo que uma primeira parte particular requer uma segunda parte particular (o conjunto de segundas partes), como por exemplo ofertas requerem aceitações ou recusas, saudações requerem saudações e assim por diante (Levinson, 1983: 303-304, tradução nossa).

Ao formularem tanto as primeiras como as segundas partes dos pares adjacentes, as pessoas seguem a regra da organização preferencial. É importante ressaltar que a noção de preferência não é uma noção psicológica, que não se relaciona com aquilo que os/as participantes preferem, mas uma noção lógica, que se relaciona com aquilo que é preferido pela própria organização da interação discursiva. Em geral, as pessoas, ao produzirem uma intervenção preferencial, fazem-no sem hiato, nem hesitação nem justificativa, ao passo que, ao produzirem uma intervenção não preferencial, fazem-no depois de uma pausa assinalável, depois de um prefácio tal como, por exemplo, “bem!!!”, “sabe(s)”, “uhm”, e fazem acompanhar o ato não preferencial de justificativas da sua intervenção. Em (1) podemos observar um exemplo de segunda parte preferencial e em (2) um exemplo de segunda parte não preferencial, evidenciando a tendência a concordar com quem ocupa a posição de poder, estratégia explorada amplamente pelo discurso midiático:

1. AB: Tem como identificar uma pessoa que entra novamente com um nome diferente?

L: Tem, tem sim, pelo IP.

2. AB: As pessoas põem ali o nome delas?

L: **Sim** (.). **mas** às vezes não.

d) A estratégia de envolvimento

A *estratégia de envolvimento* (*involvement strategy*) tem merecido atenção da etnometodologia, a partir de uma grande diversidade de materiais, retirados quer de conversas cotidianas, quer de interações discursivas midiáticas ou de discursos políticos (Tannen, 2007). Abaixo, alguns exemplos de elaboração narrativa e de enumeração como estratégias de envolvimento, oriundos dos ambientes de comentários de um blog:

(1) **Quem** andou primeiro, **quem** largou a fralda, **quem** é mais alta, **mais** gorda, **quem** já fez isso, aquilo...

(2) A empregada lá de casa **não tem** férias, **não tem** dia de folga, **não** recebe décimo terceiro há 3 anos... **E não** é boa profissional:

– Lava roupa mal à beça

– **Não** sabe passar

– Reclama pacas pra lavar louça...

– **Mas** é uma gracinha de pessoa, ama minha filha como se fosse dela e não posso demiti-la...

Podemos verificar aqui a utilização de repetições, ironia, antíteses, entre outros fenômenos retóricos como estratégias de autoenvolvimento da participante.

O envolvimento é uma espécie de facilitador da interação discursiva, fazendo, não só com que a relação entre os/as participantes seja agradável e gratificante, mas facilitando o acordo entre eles. Para o efeito, os/as participantes têm à sua disposição, não só os recursos poéticos da linguagem, mas também os componentes mimo-gestuais em situações presenciais ou os recursos gráficos em ambientes digitais.

O envolvimento discursivo é o processo responsável pela elaboração de estados emocionais que fazem parte da dimensão estética da interação verbal, utilizando para isso os recursos poéticos da linguagem. Dentre esses recursos podemos sublinhar as repetições, as enálages, as elipses, a intertextualidade. As figuras retóricas e os tropos, tais como metáforas, metonímias, ironias e antíteses fornecem um amplo domínio de recursos estratégicos de que os/as participantes se servem para criar o envolvimento discursivo.

O envolvimento pode ser positivo, quando contribui para a intensificação da relação entre participantes, ou negativo, quando provoca a ruptura entre participantes. Podemos distinguir três modalidades de envolvimento: o autoenvolvimento, o envolvimento interpessoal e o envolvimento com aquilo de que o discurso trata (Tannen, 2007). Nos seguintes exemplos, oriundos de fóruns de discussão na internet, podemos observar a utilização de dispositivos prosódicos como estratégia de envolvimento em enunciados elaborados a partir da escrita:

e.1) A interação

A interação corresponde ao nível superior da organização estrutural das interações verbais. A delimitação das suas fronteiras, saber quando começa e quando acaba, coloca por vezes dificuldades particulares, uma vez que não existe um critério indiscutível para essa delimitação que possa ser aplicado em todas as circunstâncias. Embora possamos considerar como critérios para a sua delimitação a unidade de lugar e de tempo em que os/as participantes se encontram e falam entre si, a manutenção da interação entre as mesmas pessoas, a manutenção do mesmo objeto temático, em muitos casos nenhum destes critérios pode ser aplicado com rigor. Não é raro assistirmos à introdução de vários tópicos ao longo de uma mesma interação.

Acerca deste nível, um dos problemas interessantes é o fato de muitas vezes uma interação se inserir no quadro de uma *história conversacional ou interacional* (Golopentia-Eretescu, S. 1985; 1988), como é, por exemplo, o caso de uma conversa entre pessoas muito próximas, conversa diálogo que se segue a inúmeras outras conversas anteriores e que, ao terminar, se projeta sobre potenciais outras conversas no futuro.

e.2) A sequência

Uma interação comporta uma ou mais sequências. Podemos dar da sequência uma definição genérica, dizendo que se trata da transação de um objeto de negociação, isto é, de qualquer foco de atenção comum aos/às participantes e mobilizador do seu envolvimento.

A questão da delimitação da sequência nem sempre é fácil. Os participantes utilizam dispositivos ou marcas de delimitação de sequências. No seguinte exemplo, um comentário de blog, podemos observar o uso da expressão “Ah” como o dispositivo de mudança de sequência:

Vamos ao dentista na quinta. Beijos e obrigada pela força.

Ah, eu já fiz 1 festa no Pizza Hut.

Podemos identificar três conjuntos de sequências, de acordo com o seguinte esquema:

Sequência de abertura > Sequência(s) do corpo da interação > Sequência de encerramento

As sequências de abertura e de fechamento possuem a característica comum de serem mais ritualizadas, ao passo que as sequências que formam o corpo das interações verbais são habitualmente menos ritualizadas.

Podemos observar no exemplo abaixo a utilização de formas ritualizadas de abertura e de encerramento em interações digitais num mesmo comentário de uma blogueira:

Oi, Zu, bom te receber por aqui.

(...)

Um beijo para você, obrigada pela participação tão instigante.

Tanto na sequência de abertura como na de encerramento, os/as participantes estão confrontados, de maneira mais direta, com os constrangimentos que condicionam a própria interação, a saber, com o fato de procurarem fazer boa figura e evitar fazer má figura, assim como com o fato de tenderem a salvaguardar os valores potencialmente antagônicos do estabelecimento da relação e do território próprio de cada um.

A ritualização das sequências de abertura e de fechamento manifestam-se no desencadeamento de dispositivos conversacionais mais estereotipados seguindo *scripts* predefinidos. No caso da sequência de abertura, o *script* comporta, nesta ordem, o encadeamento de atos de identificação e de saudação mútuas e recíprocas. Por seu lado, na sequência de fechamento, o *script* comporta, nesta ordem, a negociação do fechamento da interação seguida da despedida, como podemos observar no seguinte exemplo de sequência de fechamento de interação por mensageiro instantâneo de mensagens:

J: Tomara que apareçam muitas novas pessoas bacanas e interessantes!

D: já são mais de 8h, eu tenho que ir, não vou nem revisar com muito afinho. Se precisar que eu escreva mais, mude alguma coisa, me grita, tá?

Beijo!

e.3) A permuta

A permuta constitui a menor unidade dialogal da interação, tendo como protótipo a estrutura do par adjacente. Como tal, é constituída pela sequência e constituinte da intervenção. É a menor unidade dialogal porque, para a sua realização, contribuem dois/duas ou mais participantes e porque, abaixo dela, encontramos níveis monológicos, isto é, produzidos apenas por um dos/as participantes.

e.4) A intervenção

A intervenção é a unidade monológica realizada por apenas um dos/as participantes. Corresponde ao nível constituído pela permuta e constituinte do nível mais elementar, o do ato de linguagem. Uma intervenção pode, no entanto, ser formada por um ou mais que um ato de linguagem.

Para os/as autores/as da Escola de Genebra, a intervenção pode comportar um ato diretivo e um ato subordinado, podendo este último estar situado em posição anterior ou posterior ao ato diretivo. O ato diretivo corresponde, em princípio, ao ato que decorre da enunciação do conteúdo proposicional do enunciado, ao passo que o ato subordinado comporta, entre outras coisas, a justificativa da enunciação do ato principal assim como a averiguação das condições que tornam possível, plausível ou razoável realizar o ato principal. No exemplo seguinte, “sempre soube que tudo que escrevíamos era público” realiza um ato diretivo e “desde que comecei a frequentar o blog” realiza um ato subordinado:

Desde que comecei a frequentar o blog, sempre soube que tudo que escrevíamos era público

e.5) O ato de linguagem

O ato de linguagem é o nível elementar das unidades monologais da interação. Uma intervenção pode ter um ou mais atos de linguagem e a relação entre os atos de linguagem é hierarquicamente marcada. Damos o nome de atos de linguagem às ações que as pessoas realizam com os enunciados que enunciam, tais como, as asserções, as promessas, os pedidos, as ordens, as perguntas, as respostas, os convites. Correspondem ao que John Austin (1962) e Searle (1969) dão o nome de atos ilocutórios.

e.6) A conclusão

Esta breve apresentação da organização hierárquica das interações verbais permite entender o desenrolar da atividade interacional dos seres humanos como agenciamento ou articulação de vários níveis entre si encadeados. Para concluirmos este ponto, gostaríamos de sublinhar que por organização hierárquica não se deve entender que em todas as interações verbais encontramos todos estes níveis, mas que o surgimento de cada um deles ocorre exatamente sempre no local previsto por esta ordem. Assim, por exemplo, pode não ocorrer uma sequência de abertura, sobretudo em interações que se inserem numa história conversacional mais ou menos longa, mas, a ocorrer, é sempre no início das interações verbais. É igualmente frequente encontrarmos interações verbais em que uma única permuta, como por exemplo, a troca de saudações entre pessoas que se encontram ocasionalmente, coincide sincreticamente com as sequências de abertura, do corpo e do encerramento da interação. Ou seja, as situações sociais são, em grande medida, determinadas pelas componentes interacionais, que encaminham desfechos e soluções preferenciais, independentemente das motivações pessoais ou psicológicas dos sujeitos.

Da comparação da análise do discurso com a abordagem etnometodológica do discurso ressaltam os seguintes pontos:

a) Tanto as análises do discurso como a abordagem etnometodológica do discurso surgiram de processos de virada em relação às perspectivas estruturo-funcionalistas dominantes em várias ciências humanas, processos de virada que se consolidaram sobretudo a partir dos anos 60 do século passado. As análises do discurso tiveram como berço a virada pragmática que ocorreu nas ciências da linguagem em relação às perspectivas formalistas, em particular em relação à concepção generativista da linguagem. É dessa inscrição disciplinar que depois acabariam por migrar para outras áreas do saber, tais como a psicologia, a sociologia e a epistemologia das ciências. Por seu lado, a abordagem etnometodológica do discurso teve a sua origem na virada, ocorrida nas ciências sociais, em relação ao estruturo-funcionalismo e procurou tomar a sério o comportamento concreto das pessoas envolvidas em diferentes modalidades de atividade, em particular a lógica do senso comum.

b) As análises do discurso escolhem os seus objetos empíricos sobretudo entre textos escritos e, quando se debruçam sobre discursos orais, em geral analisam discursos produzidos em situações artificiais, ao passo que a abordagem etnometodológica do discurso privilegia o estudo de discursos produzidos em situações naturais, não provocadas pela pesquisa, os discursos que ocorrem no quadro das interações da vida cotidiana, quer espontâneas quer institucionalmente enquadradas, tanto face a face como mediatizadas.

c) Embora hoje grande parte de autores/as que trabalham com análise do discurso tome em consideração a natureza interacional da prática discursiva, a sua abordagem da interação é entendida como complementar, ao passo que para a abordagem etnometodológica o sentido daquilo que as pessoas dizem é predominantemente encarado como decorrente ou dependente da própria situação interacional em que elas ocorrem.

CONCLUSÃO

Pensamos ter mostrado que a abordagem do discurso no quadro da etnometodologia não parte das mesmas questões de que as diferentes versões da análise do discurso, nem têm os mesmos objetivos. Não admira, por isso, que os resultados dos seus trabalhos sejam diferentes e por isso complementares.

A análise crítica do discurso tem sobretudo a preocupação de descobrir e de criticar as ideologias veiculadas e inculcadas pelos discursos estudados, servindo assim propósitos de denúncia de agendas, explícitas ou implícitas. As análises do discurso que obedecem a uma concepção estrutural e funcionalista

do discurso têm a preocupação de averiguação das formas discursivas utilizadas pelas pessoas, assim como a sua maior ou menor conformidade com a estrutura formal da língua. As análises pragmáticas do discurso estão preocupadas com a identificação dos atos de linguagem e partem da ideia de que é possível fazê-los corresponder às formas verbais dos enunciados.

As abordagens etnometodológicas, por sua vez, estão preocupadas em observar o que as pessoas fazem quando interagem umas com as outras, utilizando os recursos da linguagem. Mais do que fazer uma crítica dos discursos observados, a etnometodologia procura constantemente criticar as suas próprias maneiras de olhar, de modo a interferir o menos possível nos fenômenos observados, lutando contra a tendência para projetar as visões do mundo do/a investigador/a sobre o mundo observado.

Isso é particularmente importante em uma sociedade midiaticizada em que a própria definição do que seja a *realidade* passa por uma complexa teia de interações e mediações, tanto no próprio discurso midiático quanto nos usos sociais desses discursos pelas pessoas comuns. Pensamos que se trata de um aporte teórico e metodológico precioso para o estudo dos usos sociais das mídias.

A abordagem etnometodológica parece, por conseguinte, consistir numa perspectiva de estudo dos discursos oposta às análises do discurso que procuram identificar, denunciar e criticar os discursos dos outros, uma vez que é mais uma atitude de crítica do discurso do/a próprio/a pesquisador/a, de modo a torná-lo disponível para se maravilhar pela riqueza inesgotável da atividade discursiva dos seres humanos.

Pensamos que esta abordagem do discurso contribui para uma compreensão mais fina daquilo que as pessoas fazem quando interagem umas com as outras e para a vigilância crítica sobre os nossos procedimentos, de modo a adquirirmos maior disponibilidade para descobrir o sentido daquilo que as pessoas fazem ao falarem umas com as outras e interagirem com as mídias, e não os sentidos que projetamos a partir dos nossos pressupostos e preconceitos.

Gostaríamos de sublinhar ainda que, mais do que justificar teoricamente a importância da abordagem etnometodológica do discurso, o nosso propósito foi mostrar, ainda que de maneira sucinta, através da descrição de algumas das regularidades da atividade discursiva que ela permite descobrir, a sua complementaridade em relação às diferentes modalidades de análise do discurso. ■

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, J. L. *How to Do Things with Words*. Oxford: Oxford University Press, 1962.
BRAGA, A. *Personas Materno-Eletrônicas*. Porto Alegre: Sulina, 2008.

- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Ed. UNB, 2001 [2008].
- . *Analysing discourse: Textual analysis for social research*. New York: Routledge, 2003.
- . *Media discourse*. London: Edward Arnold, 1995a.
- . *Critical discourse analysis: the critical study of language*. London: Longman, 1995b.
- FOUCAULT, M. *L'Archéologie du Savoir*. Paris: Gallimard, 1969.
- GARFINKEL, H. *Studies in ethnomethodology*. Cambridge: Polity Press, 1996.
- GILBERT, G. N. & MULKAY, M. J. *Opening Pandora's Box: a Sociological Analysis of Scientists' Discourse*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- GOLOPENTIA-ERETESCU, S. L'histoire Conversationnelle. *Working Paper*. N. 149, Urbino, Centre International de Sémiotique et de Linguistique, 1985.
- . Interaction et Histoire Conversationnelle. In: COSNIER & al. (ed.). *Echanges sur la Conversation*. Paris: CNRS, 1988, p. 69-81.
- HUSSERL. E. *Idées Directrices pour la Phénoménologie*. Paris: Tel, Gallimard, 1950.
- KRÜGER, K. *Signa et res - The pictorial discourse of the imaginary in Early Modern Italy*. New York: Columbia University Press, 2005.
- LATOUR, B. & WOOLGAR, S. *Laboratory Life. The Construction of Scientific Facts*. New Jersey: Princeton University Press, 1986.
- LEVINSON, S. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- ORLANDI, E. DE L. P. *Discurso em Análise – Sujeito, Sentido, Ideologia*. Campinas: Pontes, 2012a.
- . *Discurso e Leitura*. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2012b.
- RODRIGUES, A. D. *A Partitura Invisível*. Lisboa: Colibri, 2. ed. 2005.
- ROSEMBERG, M. *Le marketing urbain em question - production d'espace et de discours dans quatre projets de villes*. Paris: Anthropos, 2000.
- ROULET, E. Echanges, Interventions et Actes de Langage dans la Structure de la Conversation. *Etudes de Linguistique Appliquée*, 44, 1981.
- SACKS, H., SCHEGLOFF, E. A. & JEFFERSON, G. A Simplest systematics for the Organization of turn-taking in conversation. *Language*. 50, 1974. p. 696-735.
- SCHEGLOFF, E. Sequence Organization in Interaction. *A Primer in Conversation Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- SEARLE, J. R. *Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press (trad. port.: *Os Fatos de Fala*, Coimbra, Almedina), 1969.
- SCHÜTZ, A. *The Phenomenology of the Social World*. Evanston, IL: Northwestern University Press, 1967.
- SCHIFFRIN, D., TANNEN, D. & HAMILTON, H. E. *The Handbook of Discourse Analysis*. Malden. Oxford: Victoria, Blackwell Publishing, 2003.
- SIMMEL, G. *Philosophie de la Modernité*. 2 vol. Paris: Payot, 1989.

D

Análises do discurso e abordagem etnometodológica do discurso

TANNEN, D. *Talking Voices*. Repetition, Dialogue and Imagery in Conversation Discourse. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

VAN DIJK, T. *Discourse Studies*. A multidisciplinary introduction. 2 vols. London: Sage, 1997. Second, one-volume edition, 2011.

WEBER, M. *Economie et Société*. Paris: Plon, 1971.

Artigo recebido em 02 de maio de 2014 e aprovado em 22 de outubro de 2014.